
Gama Saúde Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Quotistas
Gama Saúde Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gama Saúde Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gama Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Gama Saúde Ltda.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

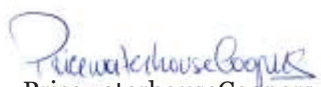
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 31 de março de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Fábio Cajazeira Mendes
Contador CRC 1SP196825/O-0

GAMA SAÚDE LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)		Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE		64.357	105.430	PASSIVO CIRCULANTE		24.923	38.597
Disponível		1.737	8.236	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	11	15.735	13.227
Realizável		62.621	97.194	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	11	84	296
Aplicações Financeiras	7	24.755	23.544	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serv.Assistenciais	11	15.651	12.931
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	8	29.573	43.276	Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		1.800	15.534
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	8	8.325	23.525	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		708	937
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	8	21.248	19.751	Débitos Diversos	12	6.681	8.899
Créditos Tributários e Previdenciários	9	4.017	26.356				
Bens e Títulos a Receber		4.214	4.018				
Despesas Antecipadas		62	-				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		31.836	8.688	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.254	5.710
Realizável a Longo Prazo		29.932	5.261	Provisões		2.254	5.710
Créditos Tributários e Previdenciários	9	29.181	5.181	Provisões para Ações Judiciais	13	2.254	5.710
Depósitos Judiciais e Fiscais		751	80				
Imobilizado	10	1.536	2.789	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		69.016	69.811
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		991	1.167	Capital Social / Patrimônio Social	14	68.873	68.873
Outras Imobilizações		545	1.622	Reservas de Lucros		938	938
Intangível		368	638	Lucros / (Prejuízos) Acumulados		(795)	-
TOTAL DO ATIVO		96.193	114.118	TOTAL DO PASSIVO		96.193	114.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		210.440	396.882
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	15	211.964	399.444
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		211.964	399.444
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.525)	(2.562)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	16	(191.065)	(367.213)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(191.065)	(367.213)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		19.375	29.669
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		1.939	2.056
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		879	(1.701)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		3.103	(1.216)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	8	(2.224)	(485)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(685)	-
RESULTADO BRUTO		21.508	30.024
Despesas Administrativas	17	(23.988)	(31.595)
Resultado Financeiro Líquido	18	1.794	2.956
Receitas Financeiras		2.719	3.496
Despesas Financeiras		(925)	(540)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(686)	1.385
Imposto de Renda	19	(72)	-
Contribuição Social	19	(36)	-
RESULTADO LÍQUIDO		(795)	1.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2019	31/12/2018
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(795)	1.385
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(795)	1.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros		Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Outro		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		68.873	1.475	4.841	(1.922)	73.267
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.385	1.385
Absorção de reserva legal		-	(537)	-	537	-
Distribuição de dividendo proposto		-	-	(4.841)	-	(4.841)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		68.873	938	-	-	69.811
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(795)	(795)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	15	68.873	938	-	(795)	69.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de planos de saúde		220.922	423.692
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras		1.277	1.443
(+) Outros Recebimentos Operacionais		9.103	5.895
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(200.417)	(377.396)
(-) Pagamentos de Pessoal		(10.787)	(14.712)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(11.102)	(13.646)
(-) Pagamentos de Tributos		(5.119)	(8.260)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		(62)	(82)
(-) Pagamentos de Aluguel		(296)	(3.869)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(13)	-
(-) Aplicações Financeiras		(1.200)	(20.960)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(9.595)	(6.165)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(7.289)	(14.058)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(+) Recebimentos de venda de Ativo Imobilizado - OUTROS		800	-
(-) Pagamentos de aquisição de ativo imobilizado - outros		(10)	(163)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		790	(163)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento		-	(4.841)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		-	(4.841)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(6.499)	(19.062)
Caixa - saldo inicial		8.236	27.299
Caixa - saldo final		1.737	8.236
Ativos livres no início do ano (*)		8.236	27.299
Ativos livres no fim do ano (*)		1.737	8.236
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		(6.499)	(19.063)

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GAMA SAÚDE LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Gama Saúde Ltda. (“Gama Saúde” ou “Empresa”), com sede em Barueri, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (“Grupo Qualicorp”), presta serviços de administração de planos de saúde para empresas, entidades governamentais, seguradoras e operadoras de assistência à saúde, inclusive autogestões, atendendo clientes corporativos e governamentais e com membros em todas as regiões do Brasil. A Gama Saúde oferece aos seus clientes: (a) acesso às suas redes credenciadas de prestadores de serviços; (b) serviços terceirizados de suporte para a assistência à saúde; e (c) serviços de administração de cuidados especializados. Com isso, a Gama Saúde objetiva que seus clientes administrem seus custos com planos de saúde pós pagos, eliminando despesas fixas e reduzindo investimentos.

As operações da Empresa são conduzidas por meio de processos integrados no mercado de benefícios utilizando-se da mesma estrutura operacional do Grupo Qualicorp, do qual faz parte. As sinergias dos serviços prestados em conjunto pelas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos individualmente pelas empresas conforme sua ocorrência.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 435.

Através da RN 435 de 23 de novembro de 2018, a ANS sustenta a posição de não adotar os pronunciamentos CPC 47, CPC 48 vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e o CPC 06 (R2) e ICPC22 vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

2.3. Reapresentação por reclassificações

i. Reclassificação para atendimento a Resolução Normativa da ANS nº.435 de 23 de novembro de 2018

Com o pronunciamento de agência reguladora através da RN 435, que dispõe sobre o plano de contas padrão da ANS para as operadoras de planos de assistência à saúde, a Empresa decidiu para melhor apresentação e comparabilidade reapresentar seu balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2018, realocando os valores e saldos em seus novos e respectivos grupos. Essas reclassificações não produziram efeitos no patrimônio líquido e resultado da Empresa.

a) Balanço Patrimonial

ATIVO	31/12/2018 Anteriormente Apresentado	Ajuste	31/12/2018 Reapresentado
CIRCULANTE			
Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber	43.276	(43.276)	-
Títulos e créditos a receber	3.684	(3.684)	-
Créditos tributários e previdenciários	26.122	234	26.356
Outros valores e bens	288	(288)	-
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	-	43.276	43.276
Bens e títulos a receber	-	4.018	4.018
NÃO CIRCULANTE			
Outros valores e bens	80	(80)	-
Depósitos Judiciais e Fiscais	-	80	80
Outras imobilizações - não hospitalares/não odontológicas	3.069	(1.902)	1.167
Outras Imobilizações	-	1.622	1.622

- (i) Inserido no valor de reclassificação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Empresa apresentou a aquisição de imobilizado no valor de R\$280 sendo que o mesmo se trata de imobilizado da coligada Qsaúde (empresa em fase pré-operacional do Grupo Qualicorp), logo no balanço patrimonial foi reapresentado esse montante para o grupo do Ativo Circulante, rubrica de Bens e títulos a receber por se tratar de *Intercompany a receber*.

PASSIVO – CIRCULANTE	31/12/2018 (Anteriormente Apresentado)	Reclassificação	31/12/2018 (Reapresentado)
Provisão para eventos/sinistros a liquidar	12.899	(12.899)	-
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	-	296	296
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serv.Assist.	-	12.931	12.931
Débitos com Oper. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Op.	-	15.534	15.534
Débitos Diversos	24.761	(15.862)	8.899

b) Demonstração do Resultado

	31/12/2018 (Anteriormente Apresentado)	Reclassificação	31/12/2018 (Reapresentado)
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	367.160	32.284	399.444
Receita com administração de planos de assistência à saúde e outras, líquidas de cancelamento	32.284	(32.284)	-
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Op.	-	2.056	2.056
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(485)	(1.216)	(1.701)
Despesas Administrativas	(30.755)	(840)	(31.595)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passa a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 45 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

A Empresa não possui passivos classificados como “passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

i. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “BBB” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

iii. Aplicações financeiras

Inclui fundos de investimento dedicados à ANS como ativo garantidor.

iv. Créditos de operações com planos de assistência à saúde – contraprestação pecuniária/ prêmio a receber e provisão para perda sobre créditos.

Refere-se aos recursos financeiros a ingressar pela contraprestação/prêmios de serviços de assistência médico-hospitalar com plano de assistência médico-hospitalar da operadora, com preço pós-estabelecido.

A Empresa realiza cobrança de taxa pela administração dos seus planos, podendo ser fixa por beneficiário ou percentual sobre a utilização.

Conforme norma básica vigente, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada para perdas. ,

v. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e eventuais valores residuais. Veja nota explicativa nº 12.

vi. Intangível

Está representado principalmente por custos de licenças de software.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros.

vii. Provisões técnicas

A provisão técnica é constituída pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário, determinada com base nos avisos relatando a ocorrência de eventos cobertos pelos contratos em vigor e que tenham sido recebidos até a data das demonstrações financeiras.

viii. Apuração do resultado

- a) A receita decorrente dos prêmios ganhos é reconhecida, considerando-se o período de cobertura do risco, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, na data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado, quando a receita pode ser mensurada com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de planos médico-hospitalares.
- b) A apropriação da despesa com eventos indenizáveis é reconhecida, considerando-se a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos eventos ocorridos. Caso a data em que ocorra o fato gerador da despesa seja diferente da data em que ocorrer o atendimento aos beneficiários dos planos de assistência à saúde (eventos ocorridos e não avisados), são passíveis de reconhecimento por meio de constituição de provisão técnica específica.
- c) O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e de longo prazo e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

ix. Regime de Tributação

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, quando há lucro tributável.

x. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

xi. Repasses e reembolsos de despesas de gestão de assistência à saúde

Repasses e reembolsos de despesas de gestão dos planos são decorrentes da intermediação de repasses de recursos recebidos dos clientes e pagamentos aos médicos e hospitais da rede credenciada.

Repasses a receber e reembolsos a pagar são reconhecidos pelo regime de competência em contrapartida do resultado. A classificação contábil dos repasses e reembolsos de gestão dos planos de forma bruta ou líquida na demonstração do resultado depende dos riscos assumidos nessas transações, entre outros, riscos de crédito, de perdas, do não cumprimento com normas e legislações vigentes e da não aceitação dos serviços prestados.

Caso uma empresa assumira esses riscos, mesmo que parcialmente, a apresentação dos repasses e dos respectivos reembolsos de gestão dos planos na demonstração do resultado deve ser feita de forma absoluta, uma vez que essa empresa atua em situação de risco que transcende a posição de um simples agenciador entre os seus clientes e os médicos da rede credenciada.

Entre os fatores de risco que determinaram a necessidade da Empresa de apresentar, de forma absoluta os montantes dos repasses e reembolso de despesas dos planos de assistência médica, compreende-se:

- a) A regulamentação da ANS, que entre outros, ao tratar do repasse, dispõe que se trata de formação de preço do plano de saúde sob o regime de preço pós-estabelecido;
- b) Ser a Empresa legalmente solidária, pela prestação de serviços da rede referenciada;
- c) Ser o custo de repasse absoluto critério de contratação ou não da Empresa;
- d) A Empresa não ser uma mera agenciadora;
- e) O cliente corporativo da empresa não mantém qualquer relação jurídica com a rede credenciada;
- f) A Empresa é quem está obrigada ao cumprimento de todo o marco regulatório.

Conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, a Empresa adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos (ativo e receita). Os valores relativos às transações de aluguel de rede referente ao exercício de 2018 foram devidamente registrados, segregando a operação em Contraprestação Pecuniária/Prêmios a Receber e Contraprestação de Corresponsabilidade Assumida.

xii. Contabilização dos dividendos

Embora a Empresa seja uma sociedade Ltda., os dividendos pagos e propostos no período são contabilizados conforme a ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e conforme estabelecido no Contrato Social da Empresa.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Empresa não adota, até o momento, premissas e estimativas que apresentem um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis (Reapresentado)	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	-	24.755	-	23.544
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	29.573	-	43.276	-
Bens e títulos a receber	4.214	-	4.018	-
Passivos financeiros:				
Débitos diversos - circulante	6.681	-	8.899	-
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15.735	-	13.227	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos níveis, com base no grau observável do valor justo, em que as mensurações são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos equivalentes.

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	31/12/2019	31/12/2018
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 1</u>
	<u>R\$ mil</u>	<u>R\$ mil</u>
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:		
Aplicações financeiras	24.755	23.544

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Empresa não operou contratos de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas posições ou para especulação.

b) Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa atua em atividades de operação de planos médico – hospitalar, sendo o risco limitado à frequência dos serviços que realiza, e sua exposição a riscos não sofre variação significativa pela severidade das solicitações.

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Empresa são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que asseguram que estas práticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

A Empresa restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras sólidas e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação a contraprestação pecuniária/prêmios a receber, a Empresa restringe a sua exposição a riscos atuando apenas no modelo pós pagamento.

A metodologia de apuração da provisão para perda sobre créditos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3.iv.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 45 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras vinculadas (*)	Ativo circulante	7	24.755	23.544
Total de superávit financeiro			24.755	23.544

- As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras.

Conforme política interna, as aplicações financeiras centralizam-se naquelas de menores riscos, sendo aplicadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de “rating” de “AAA” até “A-” no limite de 100% e de rating “BBB” até “BBB+” no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Em 31 de dezembro de 2019, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 154(R\$183 em 2018).

Risco de capital

A Empresa administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Patrimônio mínimo ajustado

A Empresa está sujeita a requerimentos de manutenção de recursos próprios mínimos, conforme determinação da ANS. A Resolução Normativa - RN nº 209 de 22 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, estabelece que o capital-base a ser considerado pela Empresa em 31 de dezembro de 2019 é o de R\$ 8.790 e que o patrimônio mínimo ajustado deve ser maior que este montante.

Patrimônio mínimo ajustado representa o patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos conforme estabelecido pela IN - Instrução Normativa 50 de 30 de novembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2019 o patrimônio mínimo ajustado calculado é de R\$70.426 (R\$ 69.170 em 2018), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Margem de solvência

A RN nº 209 e suas alterações, dispõem sobre os critérios de operação para as Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (“OPS”) que estabelece:

Margem de solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, na forma da regulamentação do disposto no artigo 6º, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

- 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 meses: de 100% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% das contraprestações/prêmios na modalidade de preço pós-estabelecido; e
- 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 meses da soma de: 100% dos eventos/sinistros na modalidade de preço preestabelecido e de 50% dos eventos/sinistros na modalidade de preço pós-estabelecido.

Conforme disposto no Anexo VIII da RN nº 313/12, as parcelas mínimas a serem observadas pela Empresa estão apresentadas conforme abaixo:

- Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022: deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da MS; e

- A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Empresa estava em conformidade com o requerido pela referida Resolução.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

	Menos de um ano R\$	
	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Débitos diversos	6.681	8.899
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	15.735	13.227
Total	22.416	22.126

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE EMITIDAS PELO CPC E NAO APROVADAS PELA ANS

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47, CPC 48 e ICPC 21) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 (R1) e ICPC 22), mas não foram adotadas, pois não houve aprovação da ANS (Agencia Nacional de Saúde):

I. CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como “Empréstimos e Recebíveis” devem ser classificados como “Custo Amortizado”;
- Com relação ao novo modelo de impairment, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, tendo como base um percentual do faturamento, definido em nota técnica atuarial, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de “perdas incorridas” e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das “perdas de crédito esperadas”, no mesmo momento do registro do respectivo faturamento.

II. CPC 47 – Receitas de contratos com clientes – Mensuração e Reconhecimento

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção" e CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Empresa entende que não haverá impactos para adoção dessa norma.

III. ICPC 21 - "Transações em moeda estrangeira",

Essa interpretação provê esclarecimentos sobre a data da transação a ser usada para conversão de adiantamentos feitos ou recebidos em transações em moeda estrangeira.

IV. CPC 06-R2 - Operações de Arrendamento Mercantil – Mensuração e Reconhecimento

Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Durante o exercício de 2019, a companhia avaliou potenciais impactos em virtude da adoção inicial da norma, destacados a seguir:

- **Passivo de Arrendamento** – Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que forneça uma realidade econômica para o contrato.
- **Ativo Imobilizado** – As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato.
- **Despesa Financeira** – Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.
- **Resultado Líquido** – As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o IFRS 16, mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

O impacto dessa norma em 31 de dezembro de 2019 é demonstrado como segue:

Ativo Imobilizado	35
Imposto Diferido Ativo	148
Passivo de Arrendamento	291
Resultado Líquido	(288)
Depreciação	(26)
Juros arrendamento	(51)
Imposto diferido	(211)

V. ICPC 22 - Interpretação do CPC32 – Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. Os tratamentos fiscais incertos poderão surgir em virtude das contabilizações das transações diárias da empresa, bem como procedimentos adotados pela Companhia na apuração e cálculo dos tributos, que conflitam com a legislação vigente (legislações tributárias que dão margem para mais de uma interpretação, erros e descumprimento de alguma obrigação acessória, etc). E também reforça a necessidade de divulgação dos julgamentos realizados e premissas ou outras estimativas utilizadas.

A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Empresa nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (a)	24.755	23.544
Total	24.755	23.544

(*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Companhia aplica seus recursos.

8. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Descrição	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	21.248	19.751
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	8.325	23.525
Total	29.573	43.276

O resumo por idade dos Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é o seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	25.066	34.704
Até 30 dias	3.013	5.866
De 31 a 60 dias	631	1.801
De 61 a 90 dias	863	905
Total	29.573	43.276

i. Movimentação da provisão para perdas sobre créditos:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	-	-
Constituições Líquidas	(7.089)	(2.973)
Recuperação de perdas	4.865	2.488
Perdas com créditos incobráveis	(2.224)	(485)

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Ativo circulante		
IRPJ a compensar	3.212	8.261
CSLL a compensar	304	1.953
COFINS a compensar	260	9.414
PIS a compensar	214	5.212
INSS a compensar	-	1.257
Outros impostos a compensar	26	259
Total do circulante	4.017	26.356
Ativo não circulante		
COFINS a compensar	9.664	-
INSS a compensar	6.663	5.181
IRPJ a compensar	5.598	-
PIS a compensar	5.263	-
CSLL a compensar	1.993	-
Total do não circulante	29.181	5.181
Total geral	33.197	31.537

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual de amortização %	Custo				Amortização				Saldo Líquido	
		Saldo em 31/12/2018 (REAPRESENTADO)	Transf.	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018 (REAPRESENTADO)	Adições	Baixas		Saldo em 31/12/2019
Equipamentos telefônicos e de comunicação	20	2	-	-	-	2	(2)	-	-	(2)	-
Móveis e utensílios	10	1.864	29	10	(6)	1.896	(738)	(188)	3	(923)	974
Instalações	10	8	-	-	-	8	(3)	(1)	-	(4)	4
Equipamentos de processamento de dados	20	551	-	-	(14)	537	(534)	(5)	14	(526)	11
Máquinas e equipamentos	10	39	-	-	-	39	(20)	(4)	-	(23)	15
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	(*)	2.625	(29)	-	(1.546)	1.050	(1.003)	(252)	737	(518)	532
Total		5.089	-	10	(1.566)	3.532	(2.300)	(451)	754	(1.996)	1.536

A movimentação de outros ativos intangíveis no período de 31 de dezembro de 2018 segue no quadro abaixo:

	Taxa anual de amortização %	Custo			Amortização				Saldo Líquido	
		Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018 (REAPRESENTADO)	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas		Saldo em 31/12/2018 (REAPRESENTADO)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	(*)	2.625	-	-	2.625	(740)	(262)	-	(1.002)	1.623
Móveis e utensílios	10	2.006	2	(146)	1.864	(592)	(186)	42	(738)	1.126
Equipamentos de processamento de dados	20	538	14	-	551	(532)	(3)	2	(533)	18
Máquinas e equipamentos	10	38	-	-	38	(16)	(5)	-	(21)	17
Instalações	10	9	-	-	9	(3)	(1)	-	(4)	5
Equipamentos telefônicos e de comunicação	20	2	-	-	2	(2)	-	-	(2)	-
Total		5.218	16	(146)	5.089	(1.885)	(457)	44	(2.300)	2.789

(*) As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base nos contratos atuais. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2019 foi de 10% (17% em 2018).

11. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prest.de Serv.Assist.	15.651	12.931
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	84	296
Total	15.735	13.227

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Empresa possuía ativos garantidores suficientes para cobertura das provisões técnicas, conforme requerimentos normativos. Abaixo demonstramos a reconciliação para apuração da provisão técnica para abertura:

Vencimentos	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Inferiores a 60 dias	15.477	12.931
Superiores a 60 dias	258	296
Total	15.735	13.227
Provisões técnicas para cobertura (a)	258	296
Ativos Garantidores (vide nota explicativa nº7)	24.755	23.544

- (a) As provisões técnicas devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam aos critérios da resolução normativa – RN nº 392, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores das operadoras.

12. DÉBITOS DIVERSOS

Circulante:	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Back office beneficiários de clientes (a)	2.063	2.682
Adiantamento de clientes (b)	1.760	2.798
Aluguel a pagar	1.594	1.677
Fornecedores Diversos	222	297
Obrigações com pessoal	106	428
Repasse de custos a pagar (c)	63	60
Outros	873	956
Total circulante	6.681	8.899

- a) Refere-se a prestação de serviços tais como aluguel de rede médica e benefícios de medicamento para beneficiários de clientes.
- b) Refere-se, basicamente, a saldos de beneficiários, demitidos e aposentados, de clientes que optaram pela continuidade do Plano de Saúde, assumindo o pagamento da mensalidade. A Resolução Normativa nº 279, assegura aos demitidos e aposentados a manutenção do plano de saúde empresarial com cobertura idêntica à vigente durante o contrato de trabalho.
- c) Vide nota explicativa nº 23 a.

13. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Cíveis (a)	1.334	4.484
Trabalhistas e previdenciárias (b)	792	1.144
Regulatória/ANS (c)	128	82
Total	2.254	5.710

As movimentações nas provisões para riscos foram as seguintes:

	31/12/2017	Adições	Reversões	31/12/2018	Adições	Reversões	31/12/2019
Cíveis (a)	3.169	2.332	(1.017)	4.484	708	(3.858)	1.334
Trabalhistas e previdenciárias (b)	540	621	(17)	1.144	187	(539)	792
Regulatório - ANS (c)	181	70	(169)	82	182	(136)	128
Total	3.890	3.023	(1.203)	5.710	1.077	(4.533)	2.254

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2019:

- (a) A Gama é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$1.334 (R\$ 4.484 em 2018), avaliado como perda provável, para os quais foi constituída provisão para contingências. E avaliados como perda possível, R\$7.910 de causas cíveis (R\$8.896 em 2018) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) questionamento sobre a aplicação do reajuste de preço do plano de saúde por mudança de faixa etária e também pelo reajuste anual do indivíduo; (ii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades que se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iii) reajuste anual e (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não quitadas e protestadas junto à empresa de proteção ao crédito referenciado de mercado.
- (b) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões para contingências constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$792 (R\$1.144 em 2018). Para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível, os quais totalizam R\$329 (R\$1.095 em 2018), não foram constituídas provisões.
- (c) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$128 (R\$182 em 2018) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão para contingências, e de R\$75 (R\$82 em 2018) avaliado como perda possível, para o qual não foram constituídas provisões.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, o capital social da Empresa é de R\$68.873, totalmente subscrito e integralizado sendo dividido em 6.887.297.425 quotas de valor nominal igual a 0,01.

Reserva legal

Conforme estabelece o contrato social, a Empresa deverá destinar 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação dessa reserva até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo é de R\$ 938 (R\$ 938 em 31 de dezembro de 2018).

15. CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS/PRÊMIOS GANHOS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receitas com Operações de Assistência à Saúde:		
Contraprestação Líquidas/Prêmios retidos	191.081	367.442
Receita com taxa de administração	20.883	32.002
Total	211.964	399.444

16. EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS / SINISTROS RETIDOS

A cobertura assistencial com preço pós estabelecido referente aos planos coletivos empresariais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, compõem-se como segue:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde (i)	191.065	367.213

(i) Informações sobre corresponsabilidade assumida:

A Empresa em atendimento a RN nº 446 de 1º de novembro de 2019 conjuntamente com a escrituração contábil já aderida da RN nº 435/2018 de 23 de novembro de 2018, nestas demonstrações financeiras, com comparabilidade a 31 de dezembro de 2018, passa a apresentar e segregar as despesas com eventos indenizáveis referente a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida:

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MEDICO HOSPITALAR	Carteira Própria		Corresponsabilidade Assumida	
	2019	2018	2019	2018
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido:				
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	150.004	307.711	41.061	59.502
Total	150.004	307.711	41.061	59.502

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Gastos com pessoal (a)	11.415	15.537
Gastos com serviços de terceiros (b)	8.525	11.521
Gastos com localização e funcionamento	2.509	2.818
Outras despesas administrativas	1.539	1.719
Total	23.988	31.595

(a) As despesas com gastos com pessoal, compõem-se como segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Salários e ordenados	4.583	5.623
Despesa com encargos sociais	2.071	2.493
Provisão de 13º salário e férias	1.005	1.376
Despesas com vale refeição	495	596
Despesa com transporte	371	403
Despesa com indenização	181	322
Outras despesas com empregados	2.709	4.724
Total	11.415	15.537

(*) A coligada Qualicorp Corretora de Seguros S.A. foi incorporada em 31 de outubro de 2019 pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A., empresa essa concentra algumas atividades de back office que atendem às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

(b) Serviços contratados de consultoria em saúde para o projeto GSP, ações de credenciamento, melhoria da rede e auditoria médica.

18. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receitas Financeiras:		
Rendimentos com aplicações financeiras	1.537	1.830
Atualização de créditos tributários	959	1.315
Outras receitas	223	351
Total de receitas financeiras	2.719	3.496
Despesas financeiras:		
Variação cambial	(711)	(376)
Despesas bancárias	(80)	-
Outras despesas	(134)	(164)
Total de despesas financeiras	(925)	(540)
Resultado financeiro	1.794	2.956

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	(686)	1.385
Subtotal	(686)	1.385
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	233	(471)
Despesas não dedutíveis - outras	(376)	-
Reversão líquida de adições temporárias sem constituição de crédito tributário	27	490
Prejuízo fiscal sem constituição de crédito tributário (a)	35	(19)
Outros	25	-
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(56)	-
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	8,16%	-

(a) Estes valores referem-se a prejuízos fiscais apurados em que não há perspectiva de realização.

20. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o seguinte compromisso relevante:

- a) Compromissos para prestação de serviços de “call center” assumidos de R\$ 684 para o ano de 2020 (não auditados).

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2019 foram de R\$ 280 (R\$ 120 em 2018).

- b) Contrato de aluguel: compromisso já assumido para o exercício social de 2020 em R\$ 274 (não auditados). As despesas incorridas com os contratos de aluguel durante o exercício de 2019 foram de R\$ 671 (R\$ 3.318 em 2018).

21. SEGUROS

A Empresa mantém seguros sobre seus bens para a cobertura de eventuais perdas, os quais são considerados suficientes pela Administração, como segue:

Ítems	Tipo de Cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a edificações, lucros cessantes decorrentes de incêndios, instalações, máquinas e equipamentos, responsabilidade civil, operações e empregador.	37.995
Responsabilidade civil dos administradores	Responsabilidade civil dos administradores (Directors and Officers Liability Insurance “D&O” e Erros e Omissões “E&O”)	10.000

22. CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E CAIXA OPERACIONAL

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(687)	1.385
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	716	741
Provisão (reversão) para riscos	(3.456)	1.820
	(3.427)	3.946
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Aumento de créditos de operações com planos de assistência à saúde	13.703	22.598
Aumento de despesas antecipadas	(62)	-
(Aumento) Redução de impostos e contribuições a recolher	(334)	298
Aumento (Redução) provisão para eventos/sinistros a liquidar	2.508	(388)
(Aumento) Redução de bens e títulos a receber	(196)	380
Aumento de títulos e depósitos judiciais e fiscais	(671)	-
(Aumento) Redução de débitos diversos	(2.211)	(16.036)
Aumento de débitos com oper. assist saúde não rel. c/ planos saúde	(13.734)	-
Aumento (Redução) de créditos tributários e previdenciários	(1.661)	(2.364)
Aumento (Redução) de aplicações financeiras	(1.211)	(21.630)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	(7.296)	(13.196)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3)	(863)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(7.299)	(14.059)

23. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações com empresas ligadas:

	Passivo		Ativo		31/12/2019	
			31/12/2018		Receita	Despesa
	31/12/2019	31/12/2018	(Reapresentado)			
Connectmed CRC	-	-	121	-	-	2.077
Qsaúde Operadora de Planos Ltda.	-	-	280	-	-	13
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	63	60	-	517	-	-
Total	63	60	401	517	517	2.090

b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	2019		2018	
	Contas a pagar	Despesas	Contas a pagar	Despesas
Remuneração a administradores	174	3.210	818	6.562
Saldos em 31 de dezembro de 2018	174	3.210	818	6.562

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) COVID-19

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, informamos que até o momento a Administração não vislumbra impactos econômico-financeiros significativos em seus negócios.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 30 de março de 2020 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2019, quando aplicável.